

SETOR ELÉTRICO

Jari construirá sua primeira hidrelétrica por US\$ 200 milhões

por Fátima Belchior
do Rio

A Companhia do Jari, empreendimento voltado para a produção de celulose e caulim, no Estado do Pará, foi autorizada pelo Ministério das Minas e Energia a construir sua primeira hidrelétrica.

A nova unidade geradora de energia terá capacidade de 100 MW, exigirá investimentos globais de US\$ 200 milhões e será administrada pela Jari Energética S/A, constituída por todos os sócios do Jari.

A informação é de Guilherme Augusto Frering, vice-presidente do conselho de administração da Caemi, que, como a companhia do Jari, tem participação acionária da Atasa, cujo principal acionista é o empresário Augusto Trajano Antunes. A unidade, antigo projeto do empresário norte-americano Daniel Ludwig, proprietário do Ja-

ri até 1981, entrará em operação em 1994.

A usina hidrelétrica de Santo Antônio aproveitará a queda d'água do rio Jari, dispensando a formação de um reservatório e substituirá uma termelétrica, com capacidade de 55 MW. Hoje, essa térmica queima madeira para geração de vapor e energia elétrica, que movimenta o complexo Jari e ilumina a região, na qual vivem 60 mil pessoas.

As obras, que terão início no próximo ano, contarão também com recursos da Agência Especial de Financiamento (Finame), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que, com o Banco do Brasil, tem participação acionária na Companhia Florestal Monte Dourado, a produtora de celulose (250 mil toneladas por ano, atualmente).

A companhia do Jari, diante do fato de operar hoje a base de uma termelétrica

alimentada por madeira, corre o risco de ter suas atividades totalmente interrompidas nos próximos dez dias. Esse é o prazo para que se esgotem os estoques de madeira da companhia. Afinal, por determinação feita na última terça-feira pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), a companhia não está podendo cortar madeira.

Em documento encaminhado ao presidente da Ibama, Fernando César Mesquita, o presidente da Companhia do Jari, José Costa Cavalcanti, aponta para a possível paralisação das atividades de produção de celulose e de caulim (360 mil toneladas por ano) e do corte de fornecimento de energia às comunidades vizinhas ao empreendimento.

Segundo relato do diretor de relações externas da Companhia Auxiliar de

Empresas de Mineração (Caemi), Octávio Pereira da Costa, no ano passado (julho) a empresa teve licença para desmatar 3.150 hectares pelo período de um ano. Ao final de julho de 1988, porém, a fábrica de celulose teve suas atividades interrompidas, devido à explosão de uma de suas caldeiras. Como não havia desmatado a área para a qual havia recebido licença, a empresa pediu sua prorrogação. O prazo esgotou-se antes da renovação e as autoridades do Ibama embargaram o corte da madeira.

Com a instalação da hidrelétrica, reconheceu Costa, além de se evitarem problemas deste tipo, será possível tocar o plano de expansão para a produção de celulose — de 250 mil toneladas por ano a cerca de 300 mil, e de caulim — de 360 mil a 480 mil toneladas por ano, nos próximos anos.